



Segundo turno da eleição do Caref VOTAÇÃO ENTRE OS DIAS 25 E 31 DE JANEIRO

O segundo turno da eleição do Caref acontece entre os dias 25 e 31 de janeiro. Na votação, os funcionários do Banco do Brasil irão escolher o novo representante dos trabalhadores no Conselho de Administração.

A Contraf-CUT, a Fetec-CUT/CN e a maioria dos sindicatos de Bancários do país, entre eles o de Dourados e Região apoiam a candidata Débora Fonseca, militante de base do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e região.

Débora Fonseca se destacou no primeiro turno com 11.178 votos e disputará o segundo turno com o candidato Jair Miller, que é executivo do banco e obteve 3.290 votos.

Se eleita, Débora trabalhará em sintonia com as entidades sindicais



e lutará na defesa e no fortalecimento do banco como instituição pública, bem como com a defesa dos trabalhadores bancários, de seus direitos e interesses.

Caixa anuncia contratações

Parece que enfim a Caixa vai convocar uma parte dos aprovados no concurso público de 2014. De forma informal, Pedro Guimarães afirmou que vai contratar 2.500 empregados.

A medida é positiva mas se confirmado, o número é insuficiente para atender a demanda nas agências. O banco tem mais de 86 milhões de clientes e cerca de 85 mil bancários, ou seja, um empregado é responsável por 1.012 pessoas. Uma conta realmente humanamente impossível.

Outro dado que merece atenção é que menos de 10% dos 30 mil aprovados foram convocados pelo banco. O desrespeito da empresa fez o Ministério Público no Distrito Federal e em Tocantins ingressar com uma

ação civil pública cobrando a convocação dos aprovados.

A Caixa também descumprir o acordo coletivo de 2014, quando assegurou a contratação de 2 mil empregados. Se cumprisse o acordo, o quadro de pessoal sairia de 101 mil para 103 mil, mas a empresa fez o inverso e depois de diversos planos de desligamento voluntário reduziu para cerca de 85 mil, agravando o cenário já caótico.

Outras medidas: Embora cogite contratar parte dos aprovados, a direção da empresa também estuda novos PDVs a partir deste ano. Não para por aí. Quer entregar ao setor privado áreas como cartões, seguros, assets, loterias e a gestão do FGTS.

O Capital dá de 5x1 na Câmara e 7x1 no Senado

Os direitos trabalhistas sofrem ataques por todos os lados e quem os defende também. Entre 2010 e 2014, havia pelo menos 83 deputados federais vinculados aos trabalhadores. Na atual legislatura, que começa as atividades em fevereiro, a Câmara Federal terá apenas 35 parlamentares com origem ou ainda ligados aos trabalhadores.

No Senado, a bancada ligada às pautas dos trabalhadores caiu de nove para cinco parlamentares. A menor bancada em 30 anos, de acordo com o Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar).

PLACAR: Para cada deputado defendendo os direitos do trabalhador, haverá mais cinco com os empresários. No Senado a proporção é ainda pior, de sete para um. A agenda patronal terá passagem livre no governo. E pensar que esse placar é reflexo do voto do próprio trabalhador.

Plenária dia 20/02 em defesa dos direitos

Para firmar uma agenda de ação em prol dos trabalhadores, CUT, demais centrais sindicais, Dieese, sindicatos e federações definiram a realização, no dia 20 de fevereiro, de uma Plenária Unitária das Centrais em Defesa da Previdência e contra o fim da aposentadoria e pela valorização dos salários. O Fórum inicia o ano com unidade e iniciativa para organizar a resistência.

Reajuste no reembolso dos combustíveis

Os bancários do Bradesco que utilizam seus próprios veículos para realizar visitas comerciais para a instituição terão um reajuste de 19,4% no valor do reembolso do combustível, que passará de R\$ 0,72 para R\$ 0,86 por quilômetro (km). O aumento é fruto de negociação da Comissão de Organização dos Empregados (COE) e o banco.

Governo Bolsonaro não agrada os brasileiros

Pesquisa do Instituto XP Ipspe revela que o governo Bolsonaro nem completou 30 dias e apenas 40% dos brasileiros declaram que a gestão é ótima ou boa. Outros 20% acham ruim ou péssima e 29% consideram o início do mandato regular, enquanto 11% não souberam opinar. Um governo marcado por muitas idas e vindas. Em apenas nove dias, Bolsonaro conseguiu voltar atrás em sete medidas.

Michel Temer perdoou R\$ 47 bilhões em dívidas

Com objetivo de levar a reforma da Previdência à reta final, Temer cedeu à diversas pressões nos dois anos de governo que assumiu após o golpe. Uma das maiores perdas para os cofres públicos foi o perdão de R\$ 47,4 bilhões em dívidas de empresas. Outros R\$ 59,5 bilhões também foram perdoados através de parcelamento: 175 prestações. Quase 70% são de empresas que têm faturamento anual de R\$ 150 milhões. Os descontos chegaram até 70% em multas e 90% em juros.